

Moro nega oitiva de advogado que acusa fraude na “lava jato”

O juiz Sergio Moro, responsável pelos processos da operação "lava jato" em Curitiba, negou novamente o pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que o ex-advogado da Odebrecht Rodrigo Tacla Durán fosse ouvido como testemunha de seu caso. Em recente depoimento à CPMI da JBS, Durán acusou a "lava jato" de falsificar documentos e de orientar delações.

Reprodução



Advogado acusa amigo de Moro de intermediar negociações com MPF.
Reprodução

Ele afirmou ainda que Carlos Zucolotto, também advogado e amigo do juiz Sergio Moro, intermediou negociações paralelas à força-tarefa da operação "lava jato".

A defesa de Lula, feita pelos advogados **Cristiano Zanin Martins**, **Valeska Teixeira Martins** e **Pedro Viana Martinez**, conseguiu que o depoimento à CPMI da JBS fosse anexado ao processo, mas acredita que o fato de Moro se negar a ouvir o advogado é motivo para anular o processo contra Lula.

Em oitiva à CPMI, Tacla Durán tentou desqualificar um dos indícios apresentados pelo ex-procurador da República Rodrigo Janot na denúncia contra o presidente Michel Temer, bem como o instituto de delação e os métodos aplicados pelo Ministério Público Federal para obtê-las.

Durán trabalhou para o Grupo Odebrecht entre 2011 e 2016 e é acusado de participar de esquemas de lavagem de dinheiro e pagamento de propina. Foi preso em Madri em novembro de 2016, por ordem de Moro, na "lava jato". Mas, por ter cidadania espanhola, não foi extraditado e desde fevereiro responde ao processo em liberdade na Espanha. O depoimento à CPMI foi realizado por videoconferência no último dia 30.



Ele acusou o ex-procurador Marcello Miller, que trabalhou no gabinete de Janot, de preparar “delações à la carte”. Miller teria, segundo Duran, o incitado a listar nomes que podia entregar num eventual acordo de colaboração premiada. “Ele começava a falar nomes de políticos, autoridades estatais: ‘Qual deles o senhor conhece? Qual o senhor pode entregar?’”, afirmou. Miller também teria encomendado gravações de reuniões.

Em outro momento do depoimento, ele disse que Janot usou documentos adulterados e provas falsas na construção da denúncia contra ele e também contra Temer. “As datas dos extratos são de 2017 (março) e não fazem sentido, porque o sistema Drousys [*usado pela Odebrecht para pagar propinas*] foi bloqueado em 2016 pelas autoridades suíças. Foram falsificados. Tudo o que tiveram acesso (e foram usados em processos) são falsos. A perícia mostra que o sistema foi manipulado antes e depois do bloqueio”, afirmou.

Duran se refere aos documentos do sistema de comunicação secreto do setor de propinas da Odebrecht, chamado de Drousys. O advogado disse aos parlamentares que contratou uma perícia que atesta que sistemas internos da empreiteira foram adulterados antes de serem entregues ao Ministério Público Federal. Outros documentos retirados do mesmo sistema, igualmente falsos no entendimento do advogado, teriam sido usados também para acusar o deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ) e o ex-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes.

Troca de mensagens

Durán apresentou ainda registros de troca de mensagens de celular entre ele e Carlos Zucolotto que reforçam a acusação de que este teria atuado para negociar a delação de Duran.

Duran afirma que o padrinho de casamento e sócio da esposa de Moro, Rosângela, no escritório de Curitiba, Zucollo, chegou a oferecer a ele uma redução de US\$ 10 milhões na multa que teria de pagar à força-tarefa, em troca de 5 milhões de dólares que poderia pagar por fora — dinheiro que seria repartido com pessoas cujo nomes o advogado não citou: “O mais indicado a responder isso é o Carlos Zucolotto”, disse.

Date Created

07/12/2017